

Sociedade civil e comunicação social são parceiros fundamentais para a promoção de integridade pública



- Afirma Adjunta Chefe da Missão na Embaixada da Espanha em Moçambique, Ximena Bartolomé

A parceria entre organizações da sociedade civil e a comunicação social é fundamental para complementar os esforços das instituições públicas no combate à corrupção, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de qualquer sociedade, afirmou Ximena Bartolomé, adjunta Chefe da Missão na embaixada da Espanha em Moçambique.

A diplomata falava semana passada, em Maputo, na sessão de abertura da formação de jornalistas e ativistas sociais em matéria de combate à corrupção, ministrada pelo Centro de Integridade Pública



(CIP), em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

A Adjunta Chefe da Missão na embaixada da Espanha em Moçambique explicou que o foco é reforçar as capacidades das instituições públicas para a implementação efectiva das estratégias nacionais. Citou como exemplo o programa de combate à corrupção no sector de administração da Justiça que, para além de reforçar a capacidade

dos operadores judiciais, tem como objectivos melhorar os instrumentos e as ferramentas de gestão e de transparência institucional, melhorar os mecanismos de controlo da inspecção judicial e do Ministério Público, bem como reforçar os mecanismos de prevenção e denúncia.

O programa visa, igualmente, trabalhar com instituições do Estado com vista a reformar o sistema de acesso às carreiras judiciais, uma actividade que, a par do reforço da qualidade dos operadores judiciais, será implementada pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ). Com estas acções, a adjunta chefe da Missão na embaixada da Espanhala acredita que é “possível contribuir para a redução da corrupção no sector da administração da Justiça”, contribuindo, assim, para a construção de instituições credíveis e para o reforço da confiança e da legitimidade do Estado.

Ministério da Justiça considera o CIP como um potencial parceiro no combate à corrupção



O Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos considera que o combate à corrupção é “uma das formas de defender a dignidade humana”, saudando, por isso, a iniciativa do CIP de formar jornalistas e activistas sociais em matéria de combate à corrupção. “O combate à corrupção é uma responsabilidade de todos, cada um na sua dimensão”, defendeu Manuel Malunga, no seu discurso de abertura oficial da formação em Maputo.

“O Governo considera importante que diferentes intervenientes contribuam para a expurgação da corrupção na sociedade. Os jornalistas e as

organizações da sociedade civil são uma mais-valia para que isso se possa concretizar”, acrescentou o Secretário Permanente do Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Instituições do Estado estão em risco

A Associação Moçambicana de Juizes (AMJ), parceira do CIP no combate à corrupção, considera importante a existência de instituições que promovem a transparência e a ética pública, sobretudo no



contexto actual em que as “principais instituições do Estado estão sob forte perigo de serem absorvidas totalmente por interesses escusos e privados, em detrimento da colectividade”.

Segundo explicou o juiz Hermenegildo Chambal, vice-presidente da AMJ, os juizes entendem que um efectivo e profícuo combate à corrupção também deve ser conduzido por um poder judicial forte e íntegro.

“Por isso nos envolvemos activamente nestes programas de capacitação da sociedade civil e órgãos de informação a melhor informar sobre os processos judiciais relacionados com a ofensa à coisa e interesse público”.

Falando para os presentes, o representante da AMJ disse que os jornalistas e activistas sociais são, provavelmente, um dos últimos guardiões da integridade pública, na medida em que têm legitimidade para escrutinar, indagar e expor os desvios de conduta e os ataques aos direitos da colectividade.

“Mas, mais do que uma necessidade de existirem jornalistas e activistas sociais engajados no combate à corrupção, é muito mais essencial que tenhamos jornalistas e activistas sociais com preparo, com aptidões, com assertividade e, não menos importante, com ética e responsabilidade”, acrescentou o juiz Hermenegildo Chambal.

Jornalistas têm medo de reportar caso sensíveis

O MISA - Moçambique, organização de defesa de liberdade de imprensa em Moçambique, participou



da formação de jornalistas em matéria de combate à corrupção, representada por Ernesto Saul. Falando para os formandos, Saúl disse que os jornalistas moçambicanos têm medo de publicar temas sensíveis. E a corrupção é um tema sensível. Para sustentar a sua afirmação, partilhou números de casos de perseguição ou violação de integridade física, moral e patrimonial de jornalistas ocorridos no âmbito do exercício das suas actividades.

“No ano de 2020 registamos 33 casos de violação ou ameaça à liberdade de imprensa denunciados por jornalistas, que incluem ataques verbais e agressões físicas. No

ano de 2021 e 2022, verificamos uma redução das denúncias, com 23 casos e 11 casos respectivamente”, disse.

Apesar da redução, verificada em 2022, do número de casos de jornalistas que sofreram ataques ou perseguição devido ao seu trabalho, o MISA - Moçambique entende que essa tendência não traduz necessariamente a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais de comunicação social. Ernesto Saul explica que a redução dos casos pode significar que os jornalistas que trabalham com matérias que colocam em risco a sua integridade física sentiram-se retraídos devido ao sentimento de insegurança.

O representante do MISA-Moçambique disse ainda que o conflito em Cabo Delgado interferiu na segurança dos jornalistas. “Em 2019 e 2020 acompanhamos casos em que as Forças de Defesa e Segurança agrediram fisicamente jornalistas e confiscaram os seus materiais de trabalho em nome do segredo do Estado”, disse Saul.

A sessão de abertura da formação de jornalistas e activistas sociais da cidade e província de Maputo realizada no dia 10 de Março de 2023, contou também com a presença do Venerando Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, Norberto Carrilho, de representantes do Gabinete Central de Combate à Corrupção, nomeadamente a Procuradora Joyce Chelene e Michele Mapengo, e das Coordenadoras do Programa de Combate à Corrupção na AECID, Gina Montserrat e Mónica Pereira.



Registados mais de 100 casos de corrupção no Niassa



A anteceder à formação de Maputo, o CIP organizou, na quarta-feira (08 de Março de 2023), a formação dos jornalistas e activistas sociais do Niassa, um evento que contou com a presença da Associação Moçambicana de Magistrados do Ministério Público (AMMMP), representada pelo Procurador Mayden Assunção Joaquim Lúcio. No seu discurso, o magistrado informou que em 2022 foram tramitados 112 processos de corrupção em toda a província do Niassa, dos quais 31 foram remetidos aos tribunais para julgamento.



“Só no período de 2022, foram tramitados um total de 112 processos, dos quais 79 de corrupção activa, 13 de corrupção passiva para acto ilícito, 02 de corrupção passiva para acto lícito, 07 de abuso de cargo e função, 08 de corrupção activa no sector privado, 01 de tráfico de influência e 02 de corrupção passiva. Dos processos tramitados, 31 foram remetidos aos tribunais para julgamento”, detalhou.

O magistrado defende a responsabilização dos funcionários que se envolvem em crimes de corrupção como forma de resgatar a confiança dos cidadãos nas instituições do Estado e, desse modo, garantir a sua colaboração na denúncia e no esclarecimento de diversos crimes que

ocorrem na sociedade.

“A corrupção afecta directamente o bem-estar do cidadão pois reduz o investimento público na saúde, educação, nas infraestruturas, na segurança e na habitação. A corrupção fere a Constituição da República ao ampliar a exclusão social e a desigualdade económica”, disse o Procurador e representante da AMMMP no Niassa.

Tribunais do Niassa julgaram 17 processos de corrupção em 2022, contra 73 em 2021



O representante da AMJ, o juiz Óscar Basílio, também partilhou dados sobre o desempenho dos tribunais de Niassa em 2022. Num ano (2022) em que o Ministério Público remeteu para julgamento 31 processos de corrupção, os tribunais da mesma província julgaram apenas 17 processos de corrupção, um número que representa uma redução de 56 processos julgados e findos em relação ao ano de 2021.

Dirigindo-se aos jornalistas e activistas sociais presentes na formação sobre matérias de combate à corrupção, o juiz Óscar Basílio fez questão de lembrar que os tribunais se

regem por princípios, com destaque para o princípio da prova material.

“Mas, o vosso trabalho não requer que, no acto de denúncia, tenham provas, mas sim algum indício. A prova é produzida em sede do julgamento. Como magistrado, eu espero que os jornalistas, ao obterem alguma informação, primeiro façam um exercício de busca de indícios antes de lançar a notícia para o ar”, apelou.

O magistrado judicial sublinhou a importância da iniciativa do CIP de formar jornalistas e, sobretudo, de apoiá-los na investigação de casos de corrupção. “Isto significa que vamos ter um jornalismo de qualidade, porque o jornalista vai ter capacidade de confrontar várias fontes. Vai ter capacidade de ir ao local dos factos, interagir com pessoas e colher informações. Isso vai propiciar maior capacidade dos jornalistas de denunciarem de forma eficaz casos de corrupção”, concluiu o representante da AMJ no Niassa.



Formação de jornalistas é essencial para a denúncia e investigação de casos de corrupção



A primeira fase da formação de jornalistas e activistas sociais em matérias de combate à corrupção encerrou em Nampula, no dia 14 de Março de 2023. Na abertura da sessão, o juiz Khaled Varinda reconheceu a importância do trabalho levado a cabo pelo CIP, sublinhando que as “formações constituem uma ferramenta essencial para a denúncia, investigação e seguimento dos casos de corrupção”.



Falando em representação da AMJ, o magistrado disse que a corrupção é um problema presente em Moçambique, por isso convidou a todos os cidadãos a contribuírem para a sua redução a níveis mínimos, “já que erradicar a sua existência não passaria de uma utopia.”

A parceria entre o CIP e AMJ é, nas palavras do magistrado judicial, de extrema importância porque os juízes desempenham um papel fundamental na responsabilização dos implicados nos crimes de corrupção. “O CIP encontra na AMJ um parceiro válido e actor fundamental pois, enquanto classe de juízes, há um imensurável comprometimento dos tribunais

no sentido de sancionar os agentes do crime de corrupção com base no quadro jurídico legal existente no ordenamento jurídico moçambicano”, concluiu.

Dados partilhados pelo juiz Khaled Varinda indicam que durante o ano 2022 deram entrada nos tribunais judiciais de Nampula 157 casos de corrupção e crimes conexos.

Durante a primeira fase das formações, que iniciou em Fevereiro último, foram capacitados em todas as províncias do país cerca de 150 jornalistas e 20 activistas de organizações da sociedade civil, a nível local, seleccionados em vários distritos. Além das formações, os jornalistas e activistas sociais vão beneficiar de apoio financeiro e técnico do CIP para investigarem e reportarem casos de corrupção nos seus distritos, bem como monitorar o decurso dos processos judiciais sobre a corrupção e crimes conexos.



"Este documento foi feito com o apoio financeiro da União Europeia, através da AECID. As opiniões nele expressas não representam necessariamente a opinião da União Europeia ou da AECID."

Parceiros:

